Consórcio Interfederativo Autárquico Brasil Central - GO
Rua 94-A nº 77 – Salas 05 e 06, Setor Sul, Goiânia, Goiás CEP 74.083-070
CNPJ/MF: nº 18.443.577/0001-33
www.ciabc.com.br
E-mail: ciabc@ciabc.com.br
Fundado em 21/06/2013
Presidente 2025/2026: CLAYTON PEREIRA DE MELO

ANEXO IV — MODELOS DE DECLARAÇÕES

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de solução tecnológica, em regime de software como serviço (SaaS), de apoio à gestão dos fatores de risco psicossocial relacionados ao trabalho (FRPRT), integrada ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), compreendendo plataforma digital, aplicação de instrumento de avaliação cientificamente validado, emissão de relatório técnico e geração de evidências documentais, para os municípios consorciados ao CIABC/GO.

As declarações deste Anexo são de apresentação obrigatória e são assinadas pelo representante legal da licitante. Quando encaminhadas por meio eletrônico, são assinadas com certificado digital ou na forma exigida pelo sistema eletrônico indicado no Edital. As declarações dos modelos 6, 7 e 8 são específicas do objeto e integram a documentação de habilitação técnica.

MODELO 1 — DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e no art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021, que:

a) NÃO EMPREGA menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

b) NÃO EMPREGA menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 2 — DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins do art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que a proposta de preços apresentada neste certame foi elaborada de forma INDEPENDENTE, e que:

a) o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do CIABC/GO ou de qualquer agente público que atue no processo licitatório, antes da abertura oficial das propostas;

f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 3 — DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei e para os fins da Lei nº 14.133/2021, que:

a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto ao cumprimento das normas de proteção ao trabalho e de segurança e saúde dos trabalhadores;

b) NÃO foi declarada inidônea por ato do Poder Público federal, estadual, distrital ou municipal;

c) NÃO está impedida de licitar ou contratar com qualquer ente público federal, estadual, distrital ou municipal, nem com o CIABC/GO;

d) NÃO se encontra sob decretação de falência ou liquidação extrajudicial;

e) NÃO possui, em seu quadro societário, agente público em exercício no CIABC/GO ou nos municípios consorciados, nem incide em qualquer das vedações do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

f) cumpre as cotas legais de reserva de vagas para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, quando aplicável, e a reserva de cargos prevista no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;

g) conhece e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, e que inexistem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 4 — DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) E DE DISPONIBILIDADE DE ENCARREGADO (DPO)

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) e do objeto desta licitação, que:

a) conhece e cumpre as disposições da Lei nº 13.709/2018 e as demais normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, bem como as determinações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

b) a solução ofertada foi desenvolvida em conformidade com os princípios do art. 6º da LGPD, notadamente os da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, não discriminação, transparência e responsabilização, e observa a proteção por concepção e por padrão no tratamento de dados pessoais sensíveis referentes à saúde (art. 5º, II, da LGPD);

c) atuará exclusivamente na qualidade de OPERADORA de dados pessoais (art. 5º, VII, da LGPD), realizando o tratamento em nome e conforme as instruções documentadas dos municípios contratantes, que são os CONTROLADORES (art. 5º, VI), e do CIABC/GO, quanto aos dados agregados e anonimizados de gestão da Ata;

d) reconhece que a base legal do tratamento é o cumprimento de obrigação legal e regulatória pelo controlador (art. 11, II, 'a', da LGPD) e o tratamento compartilhado necessário à execução de políticas públicas (art. 11, II, 'b', combinado com o art. 7º, III), sendo VEDADO fundar o tratamento no consentimento do titular, em razão da assimetria de poder própria da relação de trabalho;

e) NÃO utilizará dados pessoais sensíveis para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos, nos termos do art. 11, §1º, da LGPD, sendo-lhe vedado, em especial, produzir, fornecer ou permitir o uso de resultado individual em decisão de admissão, promoção, remoção, avaliação de desempenho, sanção ou desligamento de trabalhador;

f) observará o tamanho mínimo de grupo de 15 (quinze) respondentes efetivos para a divulgação de resultado por unidade, setor ou Grupo de Exposição Similar, de modo a impedir a reidentificação, direta ou indireta, do respondente;

g) adota medidas técnicas e organizacionais de segurança adequadas, incluindo criptografia dos dados em repouso e em trânsito, controle de acesso por perfis, autenticação em dois fatores para perfis administrativos, registro de logs, código de verificação de integridade dos documentos gerados e rotinas de backup e de continuidade;

h) NÃO compartilhará, comercializará, cederá ou transferirá a terceiros os dados pessoais tratados em razão do contrato, NÃO os utilizará para finalidade própria, para treinamento de modelos ou para desenvolvimento de produtos, e NÃO promoverá transferência internacional de dados sem autorização prévia, expressa e motivada do controlador, observado o art. 33 da LGPD;

i) DISPÕE de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO), designado nos termos do art. 41 da LGPD, cuja identidade e cujos dados de contato são informados a seguir e serão mantidos atualizados durante toda a execução contratual:

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO)	**Identificação**
Nome completo	
Formação / qualificação	
E-mail institucional	
Telefone	
Ato de designação (nº e data)	

j) comunicará ao controlador e ao seu Encarregado qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, imediatamente e, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento do fato, prestando todo o apoio necessário à comunicação à ANPD e aos titulares (art. 48 da LGPD);

k) ao término do contrato, por qualquer causa, devolverá integralmente os dados ao controlador e promoverá a eliminação segura e irreversível de todas as cópias remanescentes, com comprovação formal;

l) firmará, como condição de eficácia de cada contrato decorrente da Ata, o Acordo de Tratamento de Dados Pessoais constante do Anexo VIII do Edital.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 5 — DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que se enquadra na categoria de [ ] Microempresa (ME) / [ ] Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e que não está incursa em nenhuma das hipóteses de exclusão previstas no §4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido nela estabelecido.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 6 — DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DE INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO CIENTIFICAMENTE VALIDADO

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do item 5.24.1 do Termo de Referência (Anexo I), que:

a) o instrumento de avaliação dos fatores de risco psicossocial relacionados ao trabalho (FRPRT) que aplicará na execução do objeto é cientificamente validado, com evidências de validade e de confiabilidade para a população brasileira, conforme identificação abaixo:

Informação	Preenchimento pela licitante
Denominação e versão do instrumento ofertado	
Evidências psicométricas de validade (referência do estudo)	
Evidências de confiabilidade (referência do estudo)	
Estudo de validação para a população brasileira (referência bibliográfica completa)	
Dimensões avaliadas	
Regime de licenciamento do instrumento	( ) Gratuito ( ) Oneroso

b) a avaliação contratada tem natureza ORGANIZACIONAL, incidindo sobre as condições e a organização do trabalho, e NÃO se confunde com avaliação clínica individual da saúde mental do trabalhador, com diagnóstico, com tratamento, com terapia ou com acolhimento psicológico individual, atividades que não integram o objeto;

c) o resultado da avaliação será entregue de forma agregada e anonimizada, apto a instruir o inventário de riscos do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), observado o tamanho mínimo de grupo de 15 (quinze) respondentes efetivos para divulgação por unidade, setor ou Grupo de Exposição Similar;

d) quando o instrumento ofertado for de uso gratuito — como é o caso do Copenhagen Psychosocial Questionnaire (COPSOQ), licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0), licença que veda a cobrança pelo uso do questionário em si e admite remuneração apenas pelos serviços de aplicação, análise, assessoria, capacitação e emissão de relatório —, NENHUMA PARCELA DO PREÇO OFERTADO é imputada à licença do instrumento, conforme demonstrado na planilha de composição de custos (Anexo III);

e) tem ciência de que o Ministério do Trabalho e Emprego não homologa nem certifica instrumentos de avaliação de fatores de risco psicossocial, e de que a validade científica do instrumento ofertado é demonstrada e assumida pela licitante, sob sua responsabilidade técnica.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 7 — DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do item 6 do Termo de Referência (Anexo I) e do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que INDICA o(s) profissional(is) abaixo como responsável(is) técnico(s) pela parcela de aplicação do instrumento de avaliação dos FRPRT e pela emissão do relatório técnico, atendendo, alternativamente, a uma das seguintes condições:

[ ] (i) psicólogo, pessoa física, com registro ATIVO no Conselho Regional de Psicologia (CRP); ou

[ ] (ii) equipe multiprofissional de segurança e saúde no trabalho, com habilitação compatível com a natureza e a complexidade das atividades avaliadas, nos termos da Resolução CFP nº 14/2023, que admite a atuação do psicólogo individualmente ou como integrante de equipe multiprofissional ou intersetorial.

Nº	Nome do profissional	Formação	Conselho / nº de registro (CRP ou outro)	Situação do registro	Forma de vínculo com a licitante
1				( ) Ativo	( ) Empregado ( ) Sócio ( ) Contratado ( ) Compromisso de contratação futura
2				( ) Ativo	( ) Empregado ( ) Sócio ( ) Contratado ( ) Compromisso de contratação futura
3				( ) Ativo	( ) Empregado ( ) Sócio ( ) Contratado ( ) Compromisso de contratação futura

a) o vínculo do profissional com a licitante é comprovado por qualquer meio idôneo — contrato de trabalho, registro em Carteira de Trabalho, contrato social, contrato de prestação de

serviços ou declaração de compromisso de contratação futura firmada pelo profissional —, não sendo exigido vínculo empregatício como condição de habilitação;

b) o(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) mantido(s) durante toda a execução contratual, e sua substituição depende de prévia aprovação do município contratante, mediante indicação de profissional de qualificação igual ou superior;

c) o relatório técnico decorrente de cada campanha de avaliação será assinado pelo responsável técnico habilitado;

d) tem ciência de que não se exige, para a habilitação da pessoa jurídica, registro em Conselho Regional de Psicologia, por não ser essa a atividade básica da licitante, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/1980 e do Acórdão TCU nº 2.615/2021 — Plenário.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

MODELO 8 — DECLARAÇÃO DE PORTABILIDADE DE DADOS E DE VEDAÇÃO DE APRISIONAMENTO TECNOLÓGICO (LOCK-IN)

Pregão Eletrônico nº 025/2026

Processo Administrativo nº 032.08.2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021, do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 e do item 5.24.11 do Termo de Referência (Anexo I), que:

a) ao término da contratação, por qualquer causa, entregará ao município contratante e ao CIABC/GO a totalidade dos dados, relatórios, evidências documentais e trilhas de auditoria, em formatos abertos e de leitura automática (JSON, CSV e PDF), acompanhados do respectivo dicionário de dados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, SEM CUSTO ADICIONAL de qualquer espécie;

b) é VEDADA e não praticará a retenção de dados, a cobrança por exportação, a cobrança por migração, a imposição de formato proprietário, a exigência de aquisição de módulo, licença ou serviço adicional para a recuperação dos dados, ou qualquer outra forma de aprisionamento tecnológico do contratante;

c) os dados pertencem ao município contratante, na qualidade de controlador, e a titularidade dos dados não se transfere à licitante em razão do contrato, do armazenamento, do processamento ou da hospedagem;

d) concluída a portabilidade e mediante confirmação de recebimento pelo controlador, eliminará de forma segura e irreversível todas as cópias remanescentes dos dados, em produção, em backup e em ambientes de teste, apresentando comprovação formal da eliminação no prazo de 15 (quinze) dias corridos;

e) prestará, sem custo adicional, o apoio técnico necessário à migração dos dados para outra solução ou para o próprio município contratante, inclusive quanto ao esclarecimento do modelo de dados e do formato de exportação;

f) tem ciência de que a recusa ou o retardo injustificado na portabilidade dos dados sujeita-a às sanções previstas no Edital, no Termo de Referência e no contrato, inclusive multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do contrato.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

_____

[Nome do Representante Legal]

Cargo: _____

CPF: _____

[Razão Social da Empresa] — CNPJ: _____

Todas as declarações deste Anexo são assinadas pelo representante legal da empresa. Quando encaminhadas por meio eletrônico, são assinadas com certificado digital ou conforme requisito do sistema eletrônico utilizado no certame.